

A ‘terminologia açucareira’ em dicionários brasileiros da língua portuguesa: o «Vocabulario Brasileiro» (1853) e o «Diccionario de Vocabulos Brasileiros» (1889)

«Com o novo systema
de engenhos de
assucar tendem a
desapparecer todas estas
denominações»

1. Introdução

O léxico da língua portuguesa adquiriu em terras brasileiras novas acepções e também novos âmbitos terminológicos decorrentes das actividades e práticas económicas desenvolvidas em terras de Vera Cruz. Entre os domínios terminológicos criados no português do Brasil conta-se o das unidades lexicais relativas ao cultivo intensivo da cana e à produção de açúcar, período que se estendeu de 1532, data em Martim Afonso de Sousa (Vila Viçosa, c.1490/1500-Lisboa,1571) levou da Madeira para o Brasil as primeiras mudas de cana, até finais do século XVII, quando a produção açucareira entra em declínio devido à concorrência de outras regiões. Com efeito, na linha sugerida pela escola *wörter und sachen*, a par das “coisas” (i.e. objectos, utensílios, produtos, indivíduos e actividades) próprias do local onde se plantava e moía a cana – *engenho de açúcar* –, foram forjadas as denominações que, ao funcionarem apenas num contexto social e num domínio linguístico restrito e especializado constituíram uma “terminologia” (Krieger/Finatto, 2004), vale dizer, um conjunto de «termos» que, por designarem referentes que ou são exclusivos de um âmbito técnico ou neste adquiriram um significado particular, transitam do léxico comum para o domínio das linguagens técnicas ou especiais (Verdelho, 1988).

No Brasil, o primeiro engenho de açúcar é instalado em 1535 e, a partir de 1549, o plantio da cana expande-se por Pernambuco, Bahia e São Paulo, estendendo-se a outras regiões do Brasil no decurso do século XVII, centúria em que a produção atinge o auge. Com o aumento da concorrência na produção açucareira, essa actividade entra em declínio no Brasil no século XVIII, muito embora os engenhos brasileiros não cessassem de laborar. No que tange à origem e difusão da terminologia açucareira, há que ter conta que o processo se inicia no Mediterrâneo, passando depois para a Madeira, de onde se expande às Canárias e a outras regiões atlânticas, con-

forme explica Naidea Nunes (2012, 216), a propósito da documentação madeirense e da sua importância para se apurar a origem e a transmissão dos termos relativos ao açúcar:

A consulta de documentação histórica mediterrânica sobre a produção açucareira foi fundamental para determinar as palavras recebidas do Mediterrâneo, como mel de cana, mestre de açúcar e trapiche, e os termos que surgiram na ilha da Madeira, nomeadamente panela e rapadura, com o grande desenvolvimento técnico renascentista, nomeadamente a passagem do moinho de roda de pedra vertical movido por animais, a engenho, moinho de dois eixos ou moendas horizontais movidas a água. Pois, foi na Madeira, como abemos, que se desenvolveu a terminologia açucareira atlântica, que passou para Canárias, Cabo Verde, s. Tomé e Príncipe, Brasil e, a partir das Canárias, para toda a América espanhola.

O funcionamento do engenho encontra-se descrito com todo o pormenor na obra *Cultura e opulência do Brasil* (1711), de André João Antonil¹ (Lucca, 1649-Salvador da Bahia, 1716), que apresenta boa parte dos termos relativa ao trabalho no engenho. Entre muitas outras, são exemplo disso unidades como *aguilhão*², *amassador*³, *bagazo*⁴, *banqueiro*⁵, *batedeira*⁶, *caldeira*⁷, *caldo*, *calumbá*, *caixeiro*⁸, *cinzeiro*⁹, *cocha*¹⁰,

¹ Sob este criptónimo, oculta-se o nome do italiano Giovanni António ou João António Andreoni. Para mais informação acerca da identidade deste jesuíta italiano, ver: Silva (2001, 15-57).

² Segundo Houaiss (2001), *aguilhão* é a «peça de ferro que se coloca no meio dos eixos de madeira dos engenhos de açúcar». Com o significado geral de «ponta de ferro da aguilhada» (Houaiss, 2001), no âmbito do engenho de açúcar a palavra *aguilhão* ganhou valor terminológico.

³ No domínio do engenho de açúcar, *amassador* denomina o «local onde se amassa a cana». Embora registe a referência ao local, Houaiss (2001) não remete para o domínio terminológico do engenho de açúcar.

⁴ Como termo açucareiro, *bagazo* aparece já em Marcgrave (1648).

⁵ Com marca lexicográfica de regionalismo do Brasil, a palavra *banqueiro* corresponde, de acordo com Houaiss (2001), ao «indivíduo incumbido da casa das caldeiras à noite» nos engenhos de açúcar, acepção a que pode atribuir-se a datação de Antonil (1711).

⁶ Em Houaiss (2001), esta unidade recebe uma marcação diatópica – «Regionalismo: Brasil» – e uma marcação terminológica – «nos engenhos de açúcar» –, sendo a palavra definida como «aparelho semelhante à escumadeira com que se bate o melado para impedir que se queime».

⁷ Em Houaiss (2001) não recebe marcação terminológica ou diatópica, sendo definida, em termos gerais, como «recipiente metálico de tamanhos variados destinado a aquecer água e outros líquidos, a produzir vapor, à cocção de alimentos etc.».

⁸ A palavra refere a «pessoa que fabrica ou trabalha na produção de caixas» (Houaiss, 2001).

⁹ Com uma primeira atestação em 1789, segundo Houaiss (2001) esta unidade é marcada como «regionalismo» brasileiro, que denomina o trabalhador que, nas usinas de açúcar, recolhe a cinza das caldeiras. Ora, a unidade *cinzeiro* aparece já com esta acepção em Antonil (1711), cujo testemunho permite fazer a retrodatação desta palavra.

¹⁰ Com datação de 1913, em Houaiss (2001), a palavra designa um «recipiente de madeira; gamela», sendo equivalente de, segundo aquele dicionário, de *cocho* (i.e. tabuleiro). Ora, a ocorrência de *cocha* em Antonil (1711) permite concluir que a data indicada por Houaiss está completamente desajustada.

*cocheira*¹¹, *jirau*, *melado*¹², *mestre de açúcar*¹³, *moenda*¹⁴, *pão de açúcar*¹⁵, *parol*¹⁶, *purgador*¹⁷, *purgar*¹⁸, *rodete*¹⁹, *senhor de engenho*²⁰, *soca*²¹, *soto-banqueiro*²², *soto-mestre*²³, *tacha*²⁴, *tarefa*²⁵, *trapiche*²⁶, quase todas portuguesas, com exceção de *calumbá* “reci-

- ¹¹ É um derivado de *coche* ou *cocho* (i.e. tabuleiro). Domingos Vieira (1873, 263) regista as duas formas, porém sem aludir ao termo açucareiro.
- ¹² Com a acepção de «mel de engenho», este «regionalismo» do Nordeste do Brasil, (Houaiss, 2001) denomina uma «calda espessa». Para Houaiss (2001), melado recebe datação fundada no registo lexicográfico de Bluteau (1716).
- ¹³ De acordo com Houaiss (2001), *mestre-de-açúcar* é regionalismo do Nordeste brasileiro e denomina o «indivíduo que superintende os trabalhos relativos à fabricação do açúcar».
- ¹⁴ Trata-se de «aparato ou máquina de moer ou triturar; moinho» (Houaiss, 2001). A palavra consta da nomenclatura de Bluteau (1716, 537).
- ¹⁵ Segundo Houaiss (2001), que não oferece datação, é «regionalismo» do Nordeste do Brasil, denominando, «nos antigos engenhos», o «açúcar esfriado e clareado, depositado em formas (ô) longas para tomar consistência».
- ¹⁶ Como «Regionalismo» do Brasil, «nos engenhos de açúcar», este termo designa o «cocho de madeira que serve como recipiente para receber o caldo da cana saído da moenda». Este termo açucareiro já está atestado em Morais Silva (1813, 400), que o define como «coche grande, onde se junta nos engenhos o caldo, ou suco da canna açucareira, ou o melado. *parol de caldo, do mel da canna*».
- ¹⁷ Definido como «aquele que purga o açúcar nos engenhos», este «regionalismo» brasileiro tem 1813, em Houaiss (2001), como datação. Porém, estando registado na obra de Antonil, é claro que este termo remontará, no mínimo, a 1711.
- ¹⁸ Morais Silva (1813: 528) descreve a ação de *purgar o assucar* da seguinte maneira: «consiste em fazelo ficar branco, para o que se cava o que está nas formas, e abre o furo que elas tem por baixo para escorrer o mel, e depois tornando a *entaipar-se* com um pequeno pilão, se bota na cara barro bem fino amassado com agua, a qual filtrando-se, e coando-se pelo barro lava o assucar, escorrendo o mel impuro pelo fundo, e esta operação se faz duas vezes [...]». Houaiss não atribui a esta palavra valor terminológico no domínio da produção de açúcar.
- ¹⁹ Designa uma «roda pequena». Segundo Morais Silva (1813, 638-639) é palavra equivalente de *rodizio*.
- ²⁰ De acordo com Houaiss (2001), que não lhe atribui datação específica, este «regionalismo» do Brasil é a designação do «dono de engenho de açúcar».
- ²¹ Trata-se da «brotação após o primeiro corte da cana-de-açúcar», termo que, segundo Houaiss, tem precisamente na obra de Antonil (1711) a primeira atestação.
- ²² Na entrada *banqueiro* Houaiss (2001) regista como Regionalismo brasileiro a acepção seguinte: «nos antigos engenhos de açúcar, indivíduo incumbido da casa das caldeiras à noite». *Sota-banqueiro* não consta da nomenclatura de Houaiss.
- ²³ Segundo Houaiss (2001), *soto-mestre* é um “diacronismo” que «denominava o substituto do mestre, aquele que ensina na ausência do mestre». A palavra também teria sido usada como «termo de marinha», de acordo com o testemunho de Morais Silva (1789).
- ²⁴ Variante de *tacho*, esta forma é marcada por Houaiss (2001), sem datação, como um «regionalismo» brasileiro. No entanto, como termo açucareiro, a unidade *tacha(s)* regista-se já em Marcgrave (1648), cujas informações foram reproduzidas depois por Bluteau (1713, 117).
- ²⁵ Usado por Antonil (1711), este termo significa «nos engenhos de açucar [...] o espaço de terra, em que cabe toda a canna que num dia natural poder ser moída» (Bluteau, 1721, 52).
- ²⁶ O termo denomina um «pequeno engenho de açúcar movido por bois» e, em conformidade com Houaiss (2001), é regionalismo do Nordeste do Brasil.

piente de madeira onde escorre e é recolhido o caldo extraído da cana, nos engenhos” (Houaiss, 2001), que provém do quimbundo, *jirau* “espécie de plataforma; qualquer armação que repousa sobre forquilhas para diversos fins” (Houaiss, 2001), palavra oriunda do tupi, e *soca*, cujo étimo é de origem obscura. No entanto, antes de Antonil, o naturalista holandês Georges Marcgrave (1610-1644) havia já reunido, na *História Natural do Brasil*²⁷, um bom número de termos açucareiros usados nos engenhos do Brasil (Gonçalves, 2012). Entre esses termos sobressaem os seguintes: *aspes*, *bolandeira*, *contrages*, *copeiro*, *engenho de agoa*, *engenho de boys*, *meocopeiro*, *roda d’agoa* e *rodete*.

2. Dicionarização e ‘terminologização’ do açúcar

Se é verdade que a terminologia açucareira no Brasil colônia se consolida paralelamente ao desenvolvimento do plantio de cana e da produção do açúcar nos engenhos brasileiros, não é menos certo que as primeiras dicionarizações da terminologia açucareira apenas se verificaram nos inícios do século XVIII, uma vez que a inclusão dos termos referentes a esse domínio numa nomenclatura se deve a D. Rafael Bluteau (08, 20). Ao contrário da ‘terminologização’, vale dizer, a transformação de palavras da língua comum em unidades dotadas de um significado especializado, restrito a um campo referencial e semântico – o do açúcar, por exemplo –, que se desenvolveu na fala espontânea de quem trabalhava e vivia nos engenhos, por força da necessidade de nomear utensílios, práticas, tarefas e indivíduos e, nessa medida, é um processo linguístico, o processo de dicionarização é de natureza metalinguística, já que a inclusão de unidades de alcance terminológico no dicionário é uma escolha do lexicógrafo. Com efeito, a este cabe decidir se arrola os termos quer na nomenclatura, quer nas informações relativas ao uso da micro-estrutura e, por conseguinte, se lhes aplica uma marca específica. A despeito dos últimos estudos (Nunes, 2007; Nunes, 2011; Corrales /Corbella, 2012; Viña / Corbella, 2012), continuam a merecer atenção não só a distribuição geográfica destes termos mas também o modo como se terão difundido, a partir de um ou mais centros irradiadores, por várias regiões atlânticas, e, ainda, a indagação das línguas que contribuíram para a formação da terminologia açucareira, aspectos que extravasam o objectivo deste trabalho.

Na terminologia açucareira integram-se palavras portuguesas cujas acepções em Portugal não diziam respeito nem à cana nem à produção de açúcar; no entanto, na propriedade rural em que, no Brasil, era plantado o canavial – o engenho –, foram investidas de um sentido terminológico, valor esse que acabou por ser registado, por meio de uma marca específica, na lexicografia da língua portuguesa, conforme fica ilustrado no *Vocabulario Portuguez e Latino* (1712-1728), de D. Rafael Bluteau

²⁷ Trata-se da primeira parte de uma obra que se integra no período holandês da história do Brasil (1637-1644), altura em que no nordeste do Brasil existia uma colônia holandesa governada por Maurício de Nassau (1604-1679). O autor da segunda parte é Guilherme Pisonis (1611-1678).

(Londres, 1638-Lisboa, 1734). Ora, o *Vocabulario* de Bluteau foi o primeiro dicionário a adoptar um sistema de marcação quer para as várias formas de variação linguística, quer para as terminologias e, em concreto, para a açucareira (Gonçalves, 2012), procedimento lexicográfico graças ao qual é possível traçar uma parte da história daquilo a que Nunes (2003) chama ‘palavras doces’, vale dizer, as unidades lexicais relacionadas com a cana-de-açúcar²⁸, o engenho, as pessoas que nele trabalhavam e a produção do açúcar. Na esteira de Bluteau, o brasileiro António de Moraes Silva (Rio de Janeiro, 1755-Pernambuco, 1824) incorpora ao *Diccionario da Lingua Portugueza* (1789, 21813) muitos mais termos referentes ao universo da indústria do açúcar, palavras que o lexicógrafo conhecia da sua experiência de Senhor de Engenho. De facto, se na sua primeira edição, anunciada com uma refundição e ampliação do *Vocabulario* de Bluteau, o autor incluía um bom número de termos açucareiros, na segunda, que é já uma obra de investimento pessoal, ainda mais avultam as unidades pertencentes a esse domínio, facto que certamente se deve à sua experiência como senhor de engenho na região de Pernambuco, e que explicará a ausência de abonações de fontes em boa parte dos enunciados relativos à terminologia açucareira, assinalados por Moraes Silva (Murakawa, 2003, 2005) como “termo Brasil. dos engenhos». Não de ser curioso que a dicionarização destas unidades se deva a um lexicógrafo brasileiro e senhor de engenho.

2.1. A terminologia açucareira em dicionários brasileiros

No entanto, a primeira lista de palavras identificadas como brasileirismos ficará a dever-se ao Domingos Borges de Barros, mais conhecido como Visconde da Pedra Branca (1780-1855) que, em resposta a uma solicitação de Adrien Balbi, arrolou 68 brasileirismos, entre os quais *trapiche*, traduzido em francês como «magasin au bord de l'eau» (Balbi, 1826, 175), para exemplificar as diferenças entre o léxico brasileiro e o português. É de salientar que o Brasil, à data da publicação do *Atlas ethnographique des peuples du monde*, de Balbi, o Brasil deixara de ser uma colónia portuguesa, uma vez que D. Pedro I tinha declarado a independência em 1822, motivo por que, a partir então, se faz notar a preocupação dos autores brasileiros em valorizar o diferencial linguístico brasileiro, fosse ele fonético, lexical ou de outra natureza. De facto, após a independência, o nacionalismo vai traduzir-se, entre outros aspectos configuradores da identidade colectiva, na especificidade linguística, motivo por que a desenvolve um exercício lexicográfico centrado no que hoje se conhece como «brasileirismos».

Contudo, só em 1853 Braz da Costa Rubim (1812-1871) vem a lume um *Vocabulario Brasileiro para servir de complemento aos dictionarios da lingua portuguesa*, obra que visa reunir brasileirismos de vários domínios, entre eles o do açúcar. Com efeito, num total de 1806 entradas, o autor inclui 24 unidades terminológicas assinaladas como «nos engenhos de assucar»: *bangue*, *calumbá* ou *cocheira*, *desafogar*,

²⁸ Esta unidade complexa não possui datação em Houaiss (2001).

engenho-real, engenhoca, mãe de balcão, moleque de assentar ou juiz, neta, resfriador e volandeira, cujas definições são transcritas no quadro a seguir.

<i>bangue</i>	fornalha onde assentam as tachas nos engenhos de fazer assucar.
<i>calumbá ou cocheira</i>	nos engenhos d'assucar, he o cocho do caldo.
<i>desafogar</i>	nos engenhos d'assucar, é levantar com a bateadeira ao alto, o mel já bem batido.
<i>engenho-real</i>	é o que tem todas as partes de que compõe, e moer com agua.
<i>engenhoca</i>	engenho pequeno de fazer assucar, que moe com cavallos, bois e mesmo á mão.
<i>mãe-de-balcão</i>	nos engenhos d'assucar, é a mulher que na casa de purgar, assiste no balcão de mascavar, a apartar as qualidade de assucar.
<i>moleque-de-assentar ou juiz</i>	nos engenhos d'assucar, é o páo chato e grosso que serve para igualar o assucar nas caixas, quando estão cheias.
<i>neta</i>	nos engenhos d'assucar, é a escuma mais fina que deita o melado quando ferve.
<i>resfriador</i>	tanque pequeno de madeira, onde se lança o melado a arrefecer
<i>volandeira</i>	nos engenhos de assucar, é a roda grande, dentada, que gira circularmente por cima da moenda.

Quadro 1

Algumas das unidades reunidas no quadro acima já haviam sido dicionarizadas, como referido atrás, por Bluteau e Moraes Silva, não residindo neste ponto a novidade da obra de Rubim, mas, sim, na inclusão destes termos num vocabulário consagrado aos brasileirismos. Importa realçar que o *Vocabulario* de Rubim vem a lume quando, no Brasil, há muito a produção de açúcar tinha deixado de ser a principal actividade económica, porque depois do «ciclo do açúcar» se entrou no «ciclo do ouro», que atingiu o auge nas primeiras décadas de Setecentos, e, ao do metal precioso, seguiu-se a o «ciclo do café». Como é evidente, a produção açucareira manteve-se e, com ela, também a sua terminologia (Dury/Picton, 2009), para cuja história se procura trazer novas achegas.

A amostra constituída por 30 unidades extraídas *Diccionario de Vocabulos Brasileiros* (1889), publicado pelo Visconde de Beaurepaire-Rohan²⁹ (Niterói, 1812-Rio

²⁹ Mais conhecido com este título, o nome completo do lexicógrafo era Henrique Pedro Carlos

de Janeiro, 1894), é bem reveladora do papel do dicionário como memória ou respositório do património lexical e linguístico. De entre as unidades da amostra importa salientar, em particular, aquelas que ou não foram incluídas nas obras de Bluteau, Moraes Silva e Rubim, ou que no *Diccionario de Vocabulos Brasileiros* recebem uma dupla marcação – diatópica e diatécnica (i.e. relativa ao âmbito técnico ou profissional) – informação que, por conseguinte, aponta para a distribuição geográfica dos termos açucareiros.

Nesse lote contam-se os verbetes relativos a *cabahú*, *engenheiro*, *fogo-morto*, *garapa*, *melado*, *meleiro*, *resoca*, *senhor-de-engenho*, *tabú* (e *fazer tabú*), cujas microestruturas lexicográficas fornecem dados e pistas acerca da variação geográfica da terminologia açucareira e da etimologia de algumas das unidades, dados que podem atribuir-se ao ‘historicismo linguístico’ vigente a finais de Oitocentos, quando o modelo histórico-comparativo levava os estudiosos a indagarem os étimos, as raízes das palavras, os processos de formação e as mudanças ocorridas. Disso parece ser exemplo o verbeito «resoca», que inclui informação sobre o étimo e a formação da palavra.

Beurepaire-Rohan, <i>Diccionario de Vocabulos Brasileiros</i> (1889)	
<i>cabahú</i>	(Serg.) nome popular de mel de tanque
<i>cachaceira</i>	(Pern.) lugar, onde se apara e ajunta a cachaça, que se tira das caldeiras de assucar, quando se alimpam de cachaça (Moraes).
<i>caldo</i>	nome que dão ao sumo da canna de assucar; <i>Caldo</i> de canna. Em S. Paulo e <i>Pará</i> o chamam <i>Garápa</i> ; mas este termo tem outra significação em algumas províncias do norte.
<i>engenheiro</i>	(S. Paulo, Paraná e Matto-Grosso) proprietário de um engenho de assucar; senhor de engenho.
<i>fogo-morto</i>	dizem que um engenho de assucar está de fogo morto, quando, por qualquer circumstancia, deixa de funcionar.
<i>garapa</i>	Em S. Paulo, Goyaz e Matto-Grosso dão esse nome ao caldo
<i>melado</i>	nome do caldo de canna de assucar limpo na caldeira e pouco grosso [...] Mel de furo [...] mel de barro [...] Ao mel de furo chamão no Rio de Janeiro mel de tanque.

<i>meleiro</i>	(provs. do N.) Homem que compra mel nos engenhos; almocreve que o leva e conduz deles para distillar, etc.; o que trata em mel (Moraes). Dão o mesmo nome ao individuo que costuma embriagar-se com aguardente (B. de Maceió).
resoca	segundo brotamento da canna de assucar, depois de cortado o primeiro a que chama sóca. Etym. É palavra hybrida formada do prefixo portuguez re e do tupi soca.
senhor-de-engenho	proprietario de um engenho de assucar. Em S. Paulo, Goyaz e Matto-Grosso chamam-lhe impropriamente <i>engenheiro</i> .
tabú	(Pern.) assucar que não coalhou bem na fôrma, nem entesta para se lhe botar barro e purgal-o por ser queimado ao apurar ou mal limpo. <i>Fazer tabu</i> phrase brasileira dos engenhos (Moraes).
tarefa	(Bahia) medida agraria igual a 900 braças quadradas (4.356m.q) com destino á cultura de canna de assucar. Ha <i>tarefas de rego</i> (canna novamente plantada) e <i>tarefas de sóca</i> (canna cujos brotos se vão sucedendo annualmente).

Quadro 2

Nas definições acima compiladas, desde chama a atenção a marcação diatópica, indicando que a terminologia açucareira conhecia variações em terras brasileiras. Assim, a crer na informação oferecida por Beaufort-Rohan, no domínio do açúcar existiriam diferenças consoante se tratasse de Pernambuco, região na qual primeiramente se havia introduzido o plantio da cana, ou na Bahia, em São Paulo, no Rio de Janeiro, em Goiás, no Mato-Grosso ou no Pará.

Quanto à datação destas unidades, vale a pena realçar que parte delas não está datada em Houaiss (2001), como acontece com *cabaú*, *cachaceira*, *melado*³⁰ e *senhor de engenho*. Embora estes termos sejam seguramente muito mais antigos, como salientado atrás a propósito de alguns, o testemunho lexicográfico de Beaufort-Rohan permite atribuir-lhes 1889 como datação.

Ao contrário do que afirma Nunes (2012, 226), o termo *garapa*³¹, cuja origem parecer ser obscura, não tem registo no Brasil apenas no século XVIII, já que o autor da *Historia Naturalis Brasiliae* (1648), Georges Marcgrave, dela teve conhecimento em Pernambuco, onde estudou a fauna e a flora locais a pedido do governador Maurício

³⁰ Não possui datação nem como equivalente de *mel de tanque* (marcado simplesmente como regionalismo brasileiro), nem como sinónimo de *cabaú* (regionalismo do Nordeste). Graças a Beaufort-Rohan pode atribuir-se 1889 como primeira datação daquelas acepções de *melado*.

³¹ A denominação *garapa* tem origem obscura, sendo aventadas várias hipóteses: segundo Houaiss (2001) poderá vir «talvez do esp. *garapiña* (1640), este der. de *garapiñar* ‘solidificar um líquido, congelando-o ou em outra forma, de modo que forme grumos’».

de Nassau. À semelhança deste caso, também em outros será possível fazer a retrodatação de alguns termos registados por aquele naturalista holandês.

Por outro lado, é de assinalar que algumas palavras portuguesas sofreram um processo de ressemantização e especialização terminológica, como se verifica em *engenheiro* (derivado de *engenho* + sufixo *-eiro*), unidade que designa «aquele que construía ou criava engenhos de guerra além de conceber e executar obras de fortificação e defesa de posições», e que foi transferido, no uso «vulgar», para o domínio terminológico da produção de açúcar, ainda que impropriamente, como sublinha Beaurepaire-Rohan (1889,), passando a denominar o «proprietário de um engenho de assucar» ou «senhor de engenho». A propósito da referida impropriedade do vocábulo *engenheiro* com uma acepção do domínio açucareiro, leia-se o enunciado de Beaurepaire-Rohan (1889, 60):

Este vocabulo tem o inconveniente de confundir cousas que são bem distinctas entre si. Por engenheiro se entende em toda parte aquelle que professa a *Engenharia*, sciencia que se divide em varios ramos, donde resulta que ha engenheiros geographos, hydraulicos, militares, civis, machinistas, etc. Um *senhor de engenho* não tem nada disto. É simplesmente o proprietário de um engenho de moer canna para a fabricação de assucar, ou de moer a congonha para a preparação do mate. A respeito do mais pode ser completamente ignorante. Recorde-me que uma vez na camara dos deputados, em uma discussão que interessava a lavoura, um representante da Nação servia-se repetidamente de *engenheiro*, em logar de *senhor de engenho*. O seu discurso foi um verdadeiro destampatorio; ninguem sabia o que queria elle dizer. Seria a desejar que as pessoas bem educadas não sancionassem com a sua auctoridade esse erro vulgar.

Para datar a acepção metrológica de *arefa*, Houaiss (2001) toma como referência cronológica o *Nôvo Diccionario da Lingua Portuguesa*, de Cândido Figueiredo, apontando por isso 1899 como datação. Marcada como regionalismo do Nordeste do Brasil, a unidade denomina «certa medida agrária que varia de um estado para outro [Em Alagoas e Sergipe, equivale a 3.052 m², no Ceará, a 3.630 m² e, na Bahia, a 4.356 m².]».

Para lá das acima referidas, em Beaurepaire-Rohan encontram-se ainda outras referências ao universo do açúcar (não do engenho-de-açucar), ao qual pertencem palavras do domínio da culinária ou gastronomia, como *cocáda*, *canninha*, *pé-de-moleque*, *prajá*, *puxa-puxa* e *sambongo*. No contexto da definição de *alagôano* também se verifica uma menção à cana-de-açúcar.

<i>alagoano</i>	Natural da provincia de Alagoas: Os <i>Alagoãos</i> são mui dados á agricultura. adj. que pertence áquella provincia: A lavoura <i>alagoana</i> consiste principalmente na cultura da canna d'assucar e do algodão.
<i>cocáda</i>	Doce secco, dividido em talhadas, feito de coco ralado e assucar branco. <i>Cocáda puxa</i> (Bahia) é a mesma <i>cocáda</i> preparada, porém, com assucar mascavo ou melaço, e da consistência de alfeloá.
<i>canninha</i>	aguardente de canna de assucar.

<i>furrundú</i>	(S. Paulo) espécie de doce feito de cidra ralada, gengibre e assucar mascavo.
<i>laranjinha</i>	aguardente de canna aromatizada com casca de laranja.
<i>pé-de-moleque</i>	(Rio de Jan., S. Paulo) espécie de doce secco e achatado feito de rapadura e mendubi torrado.
<i>prajá</i>	(S. Paulo) especie de doce feito com melaço a ferver, sobre o qual se lançam e se misturam ovos batidos É synalepha de <i>para já</i> , em allusão á rapidez com que é feito.
<i>puxa-puxa</i>	melaço grosso a ponto de ficar em pasta, e poder ser manipulado como a alfêloa, em que operação alveja, ainda que seja de cor escura.
<i>sambongo</i>	(Pern.) especie de doce feito de côco ralado e mel de furo. Tambem lhe chamão <i>Currumbá</i> e em Alagôas <i>Bazulaque</i> (B. de Maceió).

Quadro 3

Com excepção de *furrundu* (i.e. *furrundum*) e *sambongo*, palavras que parecem provir de uma língua banta (Houaiss, 2001), as unidades reunidas na tabela 3 são fruto da criatividade lexical em solo brasileiro, seja por derivação – *caninha*, *laranjinha* –, seja por composição a partir de unidades pré-existentes como *pé-de-moleque*, ou, ainda, por uma composição descritora ou alusiva ao referente, como acontece em *prajá* e *puxa-puxa*. Tanto esta última como *furrundu*, *pé-de-moleque*, recebem, em Houaiss (2001), 1899 como datação. Com a acepção de «aguardente, cachaça», *caninha* não apresenta datação em Houaiss e *laranjinha*, por sua vez, nem sequer regista a acepção brasileira de «aguardente de cana». A unidade *sambongo* é um excelente exemplo da riqueza informativa ds micro-estrutura da obra de Beau-repaire-Rohan, uma vez que ao lema-entrada se acrescentam outras duas unidades terminológicas: *currumbá* e *bazulaque* ou *badulaque*, ambas sem datação em Houaiss, que define a segunda como «regionalismo» brasileiro para denominar um «doce de coco ralado e mel».

3. A modo de conclusão

Os dados acima expendidos e analisados provam que os dicionários brasileiros da segunda metade do século XIX ainda disponibilizam alguma da antiga terminologia açucareira dicionarizada durante Setecentos e inícios de Oitocentos, embora excluam uma parte dos termos arrolados por Bluteau e Morais Silva (¹1789, ²1813), na medida em que tais palavras já não correspondiam, pelo menos alguns delas, às novas práticas e aos avanços técnicos vigentes no domínio da indústria do açúcar.

Com efeito, devido ao processo de industrialização, quanto mais se avança no século XIX, mais os termos quinhentistas e seiscentistas, vale dizer, a terminolo-

gia do ciclo económico da cana, deixa de fazer sentido aos olhos dos consulentes do dicionário, o que explicará, por um lado, o decréscimo do número das antigas unidades no dicionário e, por outro, o aparecimento de certas unidades ou de acepções novas, como se observou no caso de *engenheiro*.

Ora, à vista dos elementos aduzidos e do confronto com os dados de Houais (2001), dicionário de referência na actualidade, parece ficar demonstrado que as *Vocabulario Brasileiro*, Braz da Costa Rubim (1853), e o *Diccionario de Vocabulos Brasileiros*, do Visconde de Beaurepaire-Rohan (1889), não são apenas marcos imprescindíveis na história da lexicografia brasileira como também são fontes de informações preciosas acerca da variação lexical e da variedade terminológica no português do Brasil. Por outro lado, aquelas obras servem de referência cronológica à moderna lexicografia, permitindo datar e retrodatar unidades que, até aos nossos dias, não receberam qualquer datação. Também parece evidente que uma obra como o Dicionário Houaiss não pode deixar de ter como fonte a produção lexicográfica anteriormente produzida no Brasil, como única maneira de atingir um registo dos brasileirismos que seja, de facto, mais completo e mais ajustado à história do léxico brasileiro. Retomando a epígrafe que abre este trabalho,

Universidade de Évora / CIDEUS-UÉ/FCT

Maria Filomena GONÇALVES

Referências bibliográficas

- Antonil, André João, 2001 [1711]. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*, Introdução e comentário crítico por André Mansuy Diniz Silva, Lisboa, Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses.
- Balbi, Adrien, 1826. «Introduction», in : *Atlas ethnographique du globe ou classification des peuples anciens et modernes d'après leurs langues*, Paris, Chez Grey et Gravier, Libraires, Tome Premier, Partie Historique et Littéraire.
- Bluteau, D. Rafael, 1712-1721. *Vocabulario portuguez, e latino [...] autorizado com exemplos dos melhores escritores portuguezes e latinos e oferecidos a el Rey de Portugal D. João V*, tomo I-II, 1712; III-IV, 1713; v, 1716; VI-VII, 1720; VIII, 1721; tomos I-IV, Coimbra, Collegio das Artes da Companhia de Jesus; Tomos V-VIII, Lisboa Oficina de Pascoal da Sylva.
- Beaurepaire-Rohan, Visconde de, 1889. *Diccionario de vocabulos brasileiros*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional.
- Corrales, Cristóbal Corrales/Corbella, Dolores, 2012. «La aportación del portugués a la formación de la terminología azucarera», *Anuario de Estudios Atlánticos* 58, 705-754.
- Dury, A./Picton, A. 2009. «Terminologie et diachronie: vers une reconciliation théorique et methodologique ?», *Revue française de linguistique appliquée* XIV(2), 31-41.
- Gonçalves, Maria Filomena, 2006. «A marca lexicográfica termo do Brasil no ‘Vocabulario Portuguez e Latino’ de D. Rafael Bluteau», *Alfa* 50(2), 205-228.

- Gonçalves, Maria Filomena, 2012. «La terminología azucarera en Brasil : el testimonio de los lexicógrafos Rafael Bluteau y António de Moraes Silva», in: Viña, Ana/Corbella, Dolores (ed.), *La ruta azucarera atlántica: Historia y documentación*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico, 101-132.
- Houaiss, António, 2001. *Dicionário Eletrônico da Língua Portuguesa*, CDrom, Rio de Janeiro, Objetiva, 2 vol.
- Krieger, Maria da Graça / Finatto, Maria José Borcony, 2004. *Introdução à terminologia. Teoria & Prática*, São Paulo, Editora Contexto.
- Marcgrave, Jorge, 1848 [1648]. *Historia Natural do Brasil*. Trad. Monsenhor Dr. José Procópio de Magalhães, Edição do Museu Paulista comemorativa do Cincoentenário da Fundação Imprensa Oficial do Estado e São Paulo, São Paulo, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.
- Murakawa, Clotilde, 2003. *António de Moraes Silva: lexicógrafo da língua portuguesa*, São Paulo, Cultura Acadêmica / Laboratório Editorial da FCL.
- Murakawa, Clotilde, 2005. «Brasileirismo: um registro lexicográfico desde o século XVIII, in: *Actas do XX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, Lisboa, APL, 745-755.
- Naideia Nunes, 2003. *Palavras doces. Terminologia e tecnologia históricas e actuais da cultura açucareira do Mediterrâneo ao Atlântico*, Madeira, Centro de Estudos de História do Atlântico/Secretaria Regional de Turismo.
- Nunes, Naideia Nunes, 2007. «Madeirensismos e brasileirismos na terminologia açucareira (do século XV à actualidade), in: Murakawa, Clotilde Almeida Azevedo/Gonçalves, Maria Filomena (org.), *Novas contribuições para o estudo da história e da historiografia da língua portuguesa*, São Paulo. Cultura Acadêmica Editora, Série Trilhas Lingüísticas, nº 11, 189-233.
- Nunes, Naideia Nunes, 2011. *Outras palavras doces. Glossário comparativo da actual terminologia açucareira no Atlântico*, Região Autónoma da Madeira, Secretaria Regional de Educação e Cultura, Centro de Estudos de História do Atlântico, Coleção Estudos nº 1.
- Rubim, Braz da Costa, 2010 [1853]. *Vocabulario Brasileiro*, Rio de Janeiro, Non Edictandi.
- Silva, António de Moraes, 1922 [1813]. *Diccionario da Língua Portuguesa recopilado dos vocabularios impressos até agora, e nesta segunda edição novamente emendado, e muito accrescentado por [...]*, 2 tomos, Lisboa, Na Typographia Lacerdina, Fac-simile da segunda edição (1813), Edição comemorativa do primeiro centenário da Independência do Brasil, sob a direcção de Laudelino Freire. Rio de Janeiro, Oficinas da S. A. Litho-Typographia Fluminense.
- Silva, André Mansuy Diniz, 2001. «Introdução», in: Antonil, André João 2001 [1711]. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*, Introdução e comentário crítico por [...], Lisboa, Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses.
- Silvestre, João Paulo, 2008. *Bluteau e as origens da lexicografia moderna*. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Verdelho, Telmo, 1988. «Terminologias na língua portuguesa. Perspectiva diacrónica», in: Brumme, Jenny (ed.), *Actes del col·loqui La història dels llenguatges iberoromànics d'especialitat (segles XVII-XIX): solucions per al present*. Barcelona, Institut Universitari de Lingüística Aplicada, 89-131.
- Vieira, Fr. Domingos, 1871-1874. *Grande dictionario portuguez ou Thesouro da língua portuguesa*, Porto, Editores Chardron e Bartholomeu Moraes, 5 vol.